



## PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE OS TERMOS DE EVENTUAL LEGALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

(N.º 6 do art.º 102.º-A do D.L. n.º 555/99 de 16 de dezembro)

Ex.mo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
Nome _____	Contribuinte n.º _____
BI / Cartão de cidadão _____	emitido em / válido até _____
Morada / sede em _____	
Freguesia de _____	Concelho de _____
Código postal _____ - _____ - _____	
Telefone _____	Telemóvel _____
Correio Eletrónico _____	

PRETENSÃO
Pretendo legalizar o prédio sito em _____, com o código postal _____ - _____ - _____, freguesia de _____ deste concelho, vem solicitar a V.Exª., na qualidade de <sup>(a)</sup> _____, se digne fornecer-lhe a informação sobre os termos de eventual legalização, em conformidade com o n.º 1 do art.º 102.º-A do D.L. n.º 555/99 de 16 de dezembro, apresentando os elementos em formato digital.
O prédio a legalizar está inscrito na matriz predial <sup>(b)</sup> _____ sob o artigo n.º _____ e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____ da freguesia de _____ e tem as seguintes confrontações:
Norte _____
Sul _____
Nascente _____
Poente _____

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos da presente operação urbanística. A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA	
Pede deferimento _____	O Requerente, _____
Aos _____	_____

### NOTAS:

--

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, superficiário, mandatário ou outra  
(b) Rústica / urbana



## ELEMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente

Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, das plantas de condicionantes, da planta síntese de loteamento se existir, e planta à escala 1/2000 ou superior, com o terreno objeto da intervenção corretamente delimitado

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação:

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos. (a validade das certidões extraídas a partir de 21 de julho de 2008, é de um ano) ou código da certidão permanente

Certidão da Conservatória do Registo Comercial (válida por 1 ano desde a emissão), caso o requerente seja uma pessoa coletiva ou código da certidão comercial permanente

Ata da assembleia de condóminos, aprovada por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio ou declaração individual de dois terços dos condóminos, no caso de obras de alteração que modifiquem a linha arquitetónica ou o arranjo estético do edifício, em conformidade com o artigo 1422.º do Código Civil

Ata da assembleia de condóminos aprovada por unanimidade ou declaração individual de cada condómino, no caso de alteração do destino da fração previsto no título constitutivo da propriedade horizontal, em conformidade com o disposto no n.º 1 do 1419.º ou n.º 5 do artigo 1432.º, do Código Civil.

Outras autorizações que sejam devidas (senhorio / usufrutuário / comproprietários, etc.)

Levantamento fotográfico

Peças desenhadas, contendo os seguintes elementos:

- \* Levantamento do existente;
- \* Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico com indicação das áreas a integrar o domínio público, áreas e pavimentações a executar/executadas (escala 1/200 ou superior);
- \* Plantas à escala 1/50 ou 1/100, contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamentos sanitários;
- \* Alçados à escala 1/50 ou 1/100, com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
- \* Cortes longitudinais e transversais à escala 1/50 ou 1/100, abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos.

Os cortes, em número mínimo de 2, devem indicar claramente a relação entre a cota de soleira e a cota do caminho público de acesso e o perfil natural do terreno. Um dos cortes deve ainda atravessar um acesso vertical entre pisos;

Peças escritas:

Memória descritiva e justificativa da solução proposta

Quadro Sinótico (Mod. 83 CMCA)

Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

---

---

---

---

### OBSERVAÇÕES

- a) Se o requerente for uma pessoa coletiva deverá ainda apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor (es) do pedido possuem poderes para o representar
- b) Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da edificação, poderá eventualmente ser desnecessária a apresentação de algum dos elementos atrás referidos, deverá apresentar declaração por escrito justificando de facto e de direito a dispensa

### SUGESTÃO

O presente requerimento deve ser autenticado através de assinatura digital do requerente. Caso este não possua meios para autenticar digitalmente este documento, deverá proceder à sua assinatura em papel, digitalizá-lo e inseri-lo no CD.

**As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256.º do Código Penal.**

**Em caso de instrução deficiente do pedido o interessado será de imediato notificado, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 11.º do D.L. n.º 555/99 de 16 de dezembro, para apresentação dos elementos em falta e pagamento das taxas devidas, nos termos do Regulamento Municipal em vigor.**